

O que os partidos programam para os índios na Constituinte

Se a garantia dos direitos indígenas na futura Constituição do Brasil dependesse de alguns partidos políticos, eles seriam simplesmente esquecidos (ou ignorados?). Os programas de alguns deles sequer tocam no assunto. Falam apenas dos direitos das minorias, reproduzindo um princípio geral da Constituição que diz garantir os direitos da pessoa humana.

É o caso do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Em seu programa, o termo indígena não é lembrado uma vez sequer. Somente consta que o Partido foi constituído sem discriminação racial. Procurado para falar a respeito, o líder do PTB na Câmara, Gastone Righi, não foi encontrado.

Oficialmente, a posição do PFL (Partido da Frente Liberal) não difere muito do PTB. No programa, a Frente Liberal coloca-se "firmemente contra qualquer espécie de discriminação e preconceito, bem como defende os direitos das minorias". Piada, se for observado como agem alguns políticos ligados a essa legenda. O vice-presidente da Câmara dos Deputados, Humberto Souto, por exemplo, do PFL-MG, é ligado aos grileiros das terras xakriabá. E como esquecer João Fagundes, deputado federal pelo PFL de Roraima, que quer a qualquer custo "transformar os índios em brancos", via projetos de lei?

PDS

Consta no programa do PDS (Partido Democrático Social) que deve ser "resguardada a cultura indígena em suas variadas manifestações". Amaral Neto, "o repórter" e líder do partido na Câmara, não estava em Brasília para dizer o que o PDS entende por cultura indígena. Quanto à demarcação das terras indígenas, o assessor técnico do deputado, Rafael de Azevedo Coutinho, disse que "essa questão está implícita no programa". Em seguida, fez questão de acrescentar que "o PDS é pelo direito da propriedade privada", no que o candidato pedessista a vice-governador de Minas Gerais, Gerard Renault, quer transformar as terras dos Maxakali, em Minas Gerais. Se eleito, ele prometeu transferi-los para a Ilha do Bananal (MT), onde vivem os Karajá.

CONTRADIÇÃO

Ter propostas claras sobre as populações indígenas não é de forma alguma a garantia de que todos os políticos ligados ao partido irão segui-las. O PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) é um grande exemplo. No Congresso Nacional do PMDB, realizado em agosto deste ano, o Partido considerou que "deve ser abandonada a perspectiva assimila-

cionista da política indigenista oficial. A tentativa de homogeneizar os grupos culturalmente diferenciados termina sempre em ação etnocida".

Será que Gilberto Mestrinho, governador do Estado do Amazonas, sabe disso? Gilberto Mestrinho é aquele que "gosta tanto de índio que chega a pegar nas mãos deles", e o eterno defensor da presença das mineradoras em áreas indígenas. Seu irmão, Thomé de Medeiros Raposo, também ligado ao PMDB, nada mais é do que um dos diretores da Goldmazon, mineradora que, além de ter invadido o território dos Baniwa, no Alto Rio Negro (AM), proíbe os índios de garimpar em suas próprias terras.

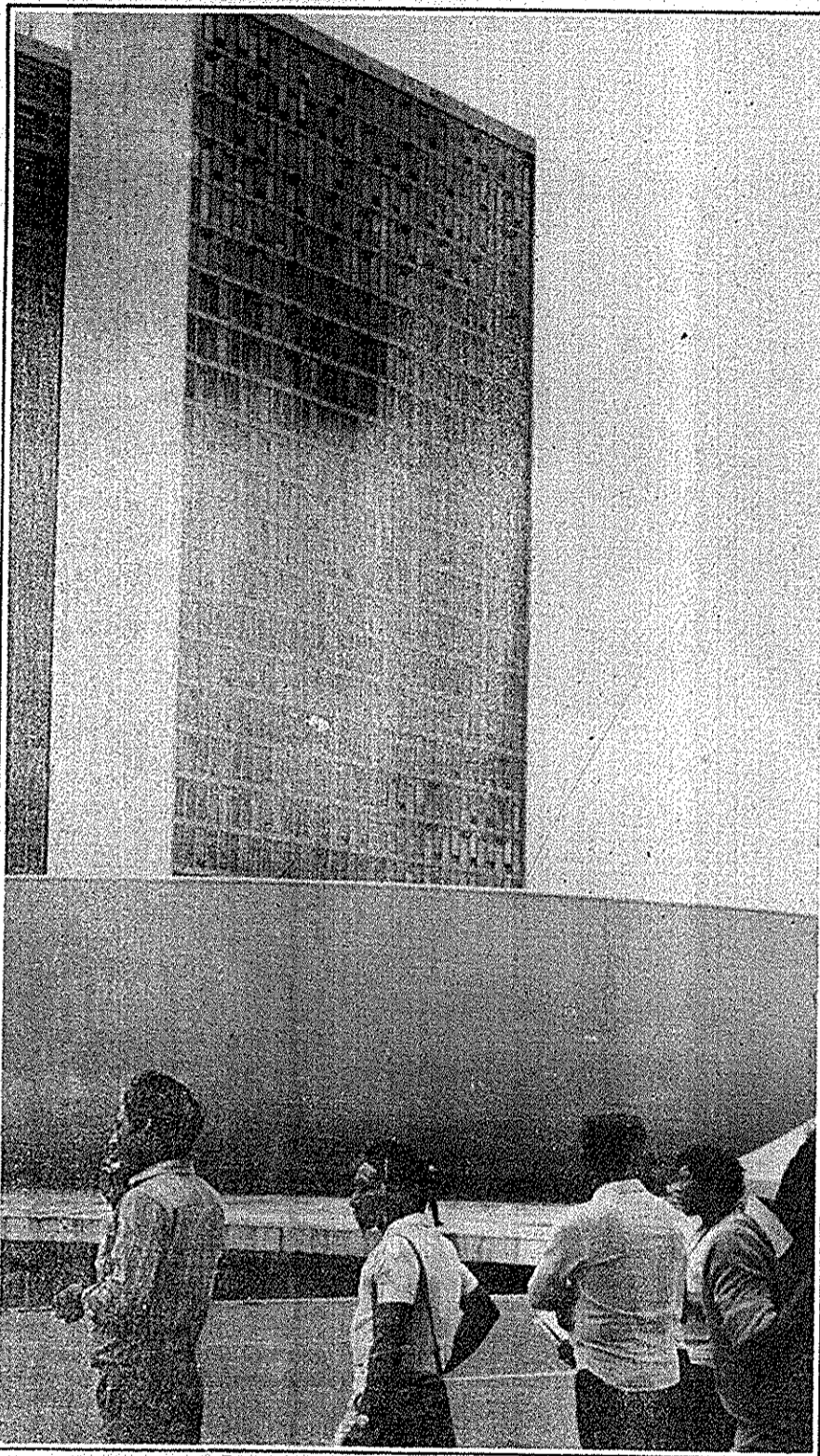
CRIME

Invasão das terras indígenas sendo considerada crime? É o que considera o anteprojeto de Constituição do PT (Partido dos Trabalhadores), elaborado pelo jurista Fábio Konder Comparato. Ao mesmo tempo, o anteprojeto prevê que "não deve ser objeto de lavra nem de garimpo as jazidas de recursos naturais localizadas naquelas terras". Quanto ao órgão público de proteção ao índio, hoje Funai, deve contar com a participação de representantes indígenas. Mas "o grande princípio a ser inscrito na Constituição, afirma o jurista, é o direito dos povos indígenas conservarem sua identidade cultural".

No programa, o PDT (Partido Democrático Trabalhista), garante apoiar "a autodeterminação dos índios, a preservação de suas culturas, assim como o uso dos recursos naturais necessários à sua sobrevivência e desenvolvimento". Mas o partido não vai além disso, segundo José Eudes, chefe de gabinete da liderança do PDT na Câmara. "Existem sim as discussões que nem sempre acabam sendo formalizadas pela legenda", diz ele.

COMUNISTAS

E tem os Partidos Comunistas. Comeriam eles os índios como fazem com as crianças? O PC do B (Partido Comunista do Brasil), pelo menos não. Apesar de incluir o tema nas "Questões Gerais", o partido quer "a demarcação das terras indígenas e não permite a exploração mineral nelas". No seu anteprojeto, o PC do B reconhece ainda os povos indígenas como nações ou etnias autônomas, que devem conviver com a nação brasileira. Quanto ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), as propostas sobre os povos indígenas na Constituinte não chegou ao PORANTIM até o fechamento desta edição.



Desconhecimento de causa ou contradições entre o papel e a prática revelam a posição de alguns partidos

Compromisso de candidatos

Venceu no dia 15 de outubro o prazo dado pelas entidades indígena e indigenistas aos candidatos a deputado federal e a senador nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul para oficializar o apoio aos povos indígenas durante a elaboração da nova Constituição do Brasil (ver POTANTIM n.º 92). Foram enviados 295 termos de compromisso. Desses, 75 foram assinados pelos candidatos. Abaixo, o resultado da campanha, por partido político, em cada um dos Estados.

	PCB	PCdoB	PDC	PDS	PDT	PFL	PMDB	PT	PTB	PSB
Termos enviados Sta. Catarina	10	2	2	19	17	18	28	14	1	
Assinados	3	2	2	6	4	2	9	12	0	
Termos enviados R.G. do Sul		11		19	46	23	47	28		10
Assinados		3		0	8	0	11	10		3